
ACTA N.º 15/2007

-- Aos seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período antes da ordem do dia; 2) Votação da acta n.º 14/2007; 3) Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2007/2008; 4) Componente de Apoio à Família; 5) Actividades de Enriquecimento Curricular; 6) Acção Social Escolar – Resumo dos auxílios económicos; 7) Processo de inscrição nos diversos serviços da Câmara Municipal (transportes escolares, refeições, etc.); 8) Flexibilização do horário da actividade curricular; 9) Pessoal Auxiliar nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo com a actividade de natação. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Joaquim Sardinha, em representação da Assembleia Municipal; a Doutora Adelaide Assis, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; o Professor Alfredo Carvalho, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Maria Zina Pereira, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Professor Agostinho Ribeiro, em representação dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados; o Engenheiro Paulo Brito Luz e o Doutor Paulo Santos, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Doutora Susana Correia, em representação das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem actividade na área da Educação; o Doutor Rui Venda, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; o Doutor Carlos Pinto, em representação do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Torres Vedras; e o Cabo Almeida, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Senhor Vítor Rodrigues, em representação das Juntas de Freguesia; o Senhor Luís Nunes, em representação das Associações de Estudantes; e a Doutora Fátima Franco, em representação dos Serviços de Segurança Social. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra deu início à reunião quando passavam quarenta minutos das nove horas, proferindo as boas-vindas a todos os presentes e referindo que a introdução dos últimos três pontos da ordem de trabalhos foi solicitada pelos representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação. -----

-- Seguidamente, foi introduzido o ponto número um, referente ao período antes da ordem do dia. Não se verificando quaisquer intervenções, foi colocada à votação a acta número 14/2007, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-- Prosseguiu-se com o ponto relativo ao Plano de Transportes Escolares 2007/2008. O Senhor

Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Directora do Departamento Sociocultural, Doutora Paula Cordas, que salientou que este plano representa a realidade dos transportes escolares para o presente ano lectivo. Referiu que, todos os dias, dão entrada novos pedidos de transportes, pelo que o documento pode estar desactualizado quanto ao número total de alunos, mas não quanto aos circuitos e horários. Destacou ainda que, neste ano lectivo e devido ao aumento do número de alunos que frequentam os Colégios Miramar e Santo André, foi necessário criar um maior número de circuitos, muitos deles com horário em simultâneo, o que dificultou o trabalho operacional. Disse ainda que “foram levantadas questões relativas à lotação dos autocarros, nomeadamente quanto ao transporte dos alunos do Colégio Miramar. No entanto, nos termos da legislação em vigor e por se tratarem de circuitos urbanos, a lotação destes autocarros é mista, o que quer dizer que os passageiros também podem viajar de pé. Apesar da reclamação efectuada pelos encarregados de educação não ter fundamento legal, a autarquia efectuou diligências junto da empresa de transporte, considerando as características do percurso que estes alunos têm de realizar. Foi decidido reforçar com mais dois autocarros. Portanto, neste momento, a situação está mais estabilizada”. Continuando, referiu a existência de situações de indisciplina por parte dos alunos, bem como casos de alunos que embarcam em autocarros que não lhes estão atribuídos, implicando que estes fiquem sobrelotados, em detrimento de outros que ficam aquém da sua capacidade. Por fim, destacou a iniciativa do Colégio Miramar que, de modo a contrariar tais situações, solicitou aos seus professores que efectuassem o acompanhamento dos alunos até ao autocarro. -----

-

-- Tomou a palavra o Doutor Paulo Santos para abordar questões relacionadas com os horários dos autocarros. Relatando a situação dos alunos da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Mafra, disse que “no final do dia, entre as 18h30 e as 18h45, os alunos têm, por vezes, apenas dois ou três minutos para sair da sala de aula e apanhar o autocarro. O que acontece é que, muitas vezes, perdem o autocarro. A Associação de Pais já alertou o Conselho Executivo e a empresa Mafrense para esta questão, que ainda é mais complicada no período de Inverno.” -----

--- Respondendo à questão colocada, o Senhor Presidente disse que “tratando-se de carreiras normais, os autocarros podem chegar depois da hora, mas nunca antes da hora. Contudo, se atrasamos o horário mais cinco ou dez minutos, por exemplo, corremos o risco que os alunos se dispersem e acabem, na mesma, por perder o autocarro.”-----

-- A Doutora Paula Cordas acrescentou que “a questão já foi resolvida. Efectuou-se a alteração há cerca de duas semanas. Tratou-se de uma diferença de cerca de três minutos.”-----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o ponto à consideração dos presentes. Por unanimidade, o Conselho Municipal de Educação deu parecer favorável ao Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2007/2008.-----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, referente à Componente de Apoio à Família.-----

-- Tomou a palavra a Doutora Paula Cordas, referindo o número de alunos inscritos, no presente ano lectivo, no serviço de refeições e prolongamento de horário da Componente de Apoio à Família: 669 alunos com refeição e 341 com prolongamento de horário nos Jardins de Infância; 1276 com refeição e 412 com prolongamento de horário nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo. Acrescentou ainda que "tal como no ano passado, a Câmara vai desenvolver os projectos educativos relativos à nutrição com as crianças inscritas no serviço de refeições. Em 2006/2007, fez-se um estudo – apresentado no Auditório Municipal Beatriz Costa, numa cerimónia onde também foram entregues prémios aos alunos vencedores das actividades educativas – e verificou-se que cerca de 40% dos alunos do 4.º ano estavam em situação de obesidade ou pré-obesidade. Este ano vamos fazer um trabalho mais assertivo, já com os alunos do 3.º ano. Portanto, o trabalho que vai ser realizado neste ano lectivo dirá respeito não só ao levantamento dos valores relativos ao índice de massa corporal, mas também um trabalho com os pais, ao nível da sensibilização para a aquisição de hábitos alimentares correctos. O Centro de Saúde também está a fazer um trabalho a este nível, mas para o pré-escolar. O objectivo é caracterizar esta população e intervir junto dos pais."-----

-

-- Em seguida, interveio a Doutora Margarida Branco, salientando que a Escola Secundária José Saramago prevê realizar uma actividade de educação para a saúde e que, para o efeito, também necessitará da colaboração do Centro de Saúde de Mafra.-----

-- Não se verificando outras intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto referente às Actividades de Enriquecimento Curricular, dando a palavra à Directora do Departamento Sociocultural. A Doutora Paula Cordas enunciou o número total de inscritos neste programa: 2575 alunos, num universo de 3103, o que representa 83%. Acrescentou que "em determinadas escolas optou-se pela solução de flexibilização dos horários, conforme previsto no despacho do Ministério da Educação. Esta opção resulta da necessidade de angariar professores, tendo sido implementada, sobretudo, nas escolas de maiores dimensões, dado que nestas existem condições para a prestação de outro tipo de apoios, bem como um maior número de auxiliares, quer da Câmara, quer dos Agrupamentos. Resta ainda dizer que há actividades que estão a decorrer em instalações de colectividades ou em instalações municipais."-----

-- Não se verificando outras intervenções, passou-se ao ponto seguinte, intitulado "Acção Social Escolar – Resumo dos auxílios económicos". Tomou a palavra a Doutora Paula Cordas, que efectuou uma súmula do número e montantes envolvidos na atribuição de vales para aquisição de livros e material didáctico: 255 vales de 25€ (escala A), no valor total de 6.375,00€; 42 vales de 20€ (escala B), no valor total de 840,00€; 71 alunos não tiveram

direito a este auxílio económico, porque o rendimento per capita ultrapassa 214,00€; e foram excluídas 3 candidaturas por falta de documentos. -----

-- Não havendo mais intervenções, iniciou-se o ponto relativo ao processo de inscrição nos diversos serviços da Câmara Municipal. -----

-- Tomando o exemplo da Venda do Pinheiro, o Engenheiro Paulo Luz disse que “ao nível das inscrições nestes serviços, verificou-se que houve alguma confusão, porque as inscrições para a escola decorriam no próprio estabelecimento de ensino. Quanto ao prolongamento de horário e refeições, realizavam-se no balcão de atendimento das piscinas municipais. Em relação aos transportes escolares, decorriam na EB 2,3. O que acontece é que alguns encarregados de educação acabaram por não inscrever os alunos em determinados serviços, nomeadamente nas refeições. Na primeira semana de aulas, mais complicada, conseguiu-se mais ou menos resolver a situação dos que não estavam matriculados, mas foi confuso. Parece-nos útil que se criasse um posto de atendimento único, onde se pudessem realizar as inscrições ditas normais e, também, as refeições, o prolongamento de horário e os transportes escolares. Os encarregados de educação acabam por se sentir um pouco perdidos, pelo que achamos que esta era uma boa solução.”-----

-- Explicitando a situação, a Doutora Paula Cordas afirmou que “o que sucedeu foi que os Agrupamentos de Escolas criaram, no impresso de matrícula, uma área onde questionavam se o encarregado de educação pretendia inscrever o aluno no serviço de refeição. Ora, isso suscitou alguma confusão, pois os encarregados de educação pensaram que os alunos estavam automaticamente inscritos no serviço só por preencherem esse campo”. Explicou ainda que, na sexta-feira imediatamente anterior ao início das aulas, existiam pouco mais de 500 alunos inscritos no serviço de refeição. A autarquia fez um esforço e, durante o fim-de-semana, efectuou contactos telefónicos com encarregados de educação. Conseguiu-se, dentro de possível, resolver a situação, de modo a que todas as crianças pudessem usufruir do almoço. --

-- O Engenheiro Paulo Luz acrescentou ainda que “o problema foi também, que após efectuarem a inscrição, os encarregados de educação foram informados de que a Câmara poderia levar quinze dias a resolver a situação, o que não parece razoável. Todo o processo parece demasiado burocrático.” -----

-

-- A Doutora Paula Cordas disse que “tal nunca aconteceu. O prazo de duas semanas corresponde ao prazo máximo, mas nunca nenhuma criança deixou de usufruir de refeição por esse motivo.” -----

-- Retomou a palavra o Engenheiro Paulo Luz, afirmando: “Ainda no âmbito do nutricionismo, uma das questões que tem sido posta em causa pelos pais é o facto de não haver uma alternativa para o leite com chocolate. Alguns pais chegam a proibir as crianças de beber o leite com chocolate e consideram que deveria haver a opção do leite simples.”-----

-- A Doutora Paula Cordas informou que "existe, efectivamente, essa opção." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "a obesidade infantil passa por outras situações que não, exclusivamente, o leite com chocolate. Sei que os encarregados de educação têm colaborado, mas têm de distinguir o que, de certa forma, é exagero". Referiu que "curiosamente, até existem pais que proíbem os seus filhos de comer sopa, quando sabemos a importância da sopa na alimentação". Disse que "a Câmara tem de compreender as situações, mas não pode ser permissiva ao ponto de estar sempre a criar excepções para os alunos que não gostam de peixe ou que não gostam desta ou daquela refeição. Portanto, pretendemos tentar educá-los na escola. Claro que respeitamos a opinião dos pais, mas existem determinadas situações de protecção exacerbada."-----

-- O Engenheiro Paulo Luz respondeu "que a Associação de Pais concorda que exista a opção do leite simples e do leite com chocolate, mas não apoia proibições em relação à sopa ou ao peixe". Seguidamente, lançou o repto ao representante dos Serviços Públicos e Saúde, a fim de se pronunciar sobre a questão dos hábitos alimentares na escola.-----

-- O Doutor Rui Venda salientou que "a escola deve ter, sobretudo, um papel pedagógico. Portanto, apoio a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal". Avançando alguns exemplos, sublinhou que "posso dizer que nada faz mal, se não for comido em excesso. O problema é o hábito continuado, não as excepções."-----

-

-- O Engenheiro Paulo Luz referiu-se ainda ao caso de um aluno que ingeriu pão com chouriço e que, após ida para a piscina, ficou mal disposto. -----

-- A Doutora Paula Cordas disse que "houve uma reclamação por parte dos pais de uma criança das «Escolas de Verão», que vomitou. Essa criança foi socorrida, inclusivamente ficou à sombra durante o resto do dia. Quando chegou a casa voltou a vomitar, o que atribuíram ao facto de ter comido pão com chouriço. Depois viemos a descobrir que a criança já se andava a sentir doente e que, apesar disso, tinha continuado a frequentar a actividade."-----

-- O Doutor Rui Venda referiu que "a escola não deve obrigar ninguém a comer seja o que for. No entanto, é dever da escola proporcionar aos alunos uma alimentação saudável. Esse é o aspecto essencial desta discussão."-----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "quem tem crianças, sabe que a sua primeira reacção é dizer: «não gosto!». Mas, eu costumo dizer que, primeiro, é preciso provar. De certa forma, se as crianças descobrem que vencem uma vez, voltam a fazê-lo noutras vezes. Relativamente às situações expostas pela Associação de Pais, é claro que vamos atender às mesmas."-----

-- Continuou o Doutor Paulo Santos, dizendo: "Faz parte do papel das Associações de Pais combater determinados «fantasmas» em relação à alimentação dos educandos." Acrescentou

ainda que “são sempre apresentadas várias situações em Assembleia de Escola, importa é perceber se as mesmas são casos pontuais. Mas, depois, admiro-me que algumas dessas pessoas, que invocam aspectos relacionados com as ementas das escolas, dêem dinheiro aos seus filhos para que estes comprem comida no exterior da escola”. Concluiu, dizendo que as Associações de Pais devem desempenhar “um papel na divulgação de informação, porque a alimentação é uma questão de educação, que deve começar em casa.”-----

-- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto número oito, relativo à flexibilização do horário da actividade curricular. -----

-- A apresentação do referido ponto foi efectuada pelo Engenheiro Paulo Luz, para referir que “os encarregados de educação têm levantado determinadas questões quanto à flexibilização do horário da actividade curricular que têm alguma razão de ser. Se bem que esta flexibilização tenha como objectivo a articulação dos horários para possibilitar a realização das actividades de enriquecimento curricular, este assunto já foi levado a Conselho Pedagógico”. Avançou o exemplo da Escola Básica do 1.º Ciclo da Venda do Pinheiro e referiu que “alguns pais alegam que as crianças apresentam um défice de concentração, devido à carga horária, o que pode até conduzir a situações de dislexia. Outra dificuldade prende-se com a falta de tempo para fazer trabalhos de casa e até para brincar, porque o tempo está demasiado ocupado e, na prática, as horas adicionais das actividades de enriquecimento curricular acabam por não render”. Nesta sequência, informou que a Associação de Pais enviou uma carta à Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) para saber até que ponto esta situação é pedagogicamente adequada. Concluindo, afirmou que “este modelo de flexibilização – que se divide entre uma hora e meia de actividades de enriquecimento curricular de manhã e outra igual carga à tarde, depois do horário lectivo – faz como que as actividades passem de opcionais a obrigatórias”, dada a falta de alternativas dos pais face aos seus horários de trabalho.-----

-- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a necessidade de flexibilização do horário curricular decorre da dificuldade de recrutamento dos professores, não só devido ao facto das actividades de enriquecimento curricular se concentrarem todas durante o mesmo período do dia, mas também devido à própria dispersão geográfica do Concelho, o que, manifestamente, dificulta a rápida deslocação dos docentes. Adicionalmente, invocou também que, de uma maneira geral, existe “uma certa falta de colaboração dos professores da componente curricular, que não são apologistas da flexibilização. Quando um professor, como sucedeu na Escola Básica do 1.º Ciclo da Malveira, exprime numa reunião de pais que, pelo facto de sair depois das 15h30, não pode frequentar as suas aulas de hidroginástica, isso significa contrariar, por questões pessoais, as directrizes do Ministério da Educação e da Câmara Municipal. Aliás, solicitei que fosse efectuada uma participação/ comunicação destes factos à DREL, porque situações destas devem ser analisadas e, na melhor das hipóteses, punidas. Claro que esta é uma excepção, porque a grande maioria é colaborante. Só que as

excepções ditas em público, passam a ser regra e, de certa maneira, incendeiam a situação". Concluindo, disse: "quero deixar claro que são oportunas as questões levantadas pelos representantes das Associações de Pais e que poderemos dar o nosso contributo, mas é claro que a DREL analisará convenientemente a situação."-----

-- O Engenheiro Paulo Luz acrescentou: "acima de tudo, a Associação de Pais pretende assegurar, pedagogicamente, o interesse dos alunos."-----

--- Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o último ponto da ordem de trabalhos, propondo que o mesmo, para melhoria da sua redacção, fosse alterado para "Pessoal auxiliar nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo para apoio à actividade de natação."-----

-- Tomou a palavra o Senhor Paulo Luz, cuja intervenção se destinou a dar voz "a questões levantadas por pais e professores, alegando a falta de pessoal auxiliar para apoiar a realização destas actividades nas escolas". Nesta circunstância, questionou se a Câmara Municipal não poderia proceder à contratação de pessoal para este serviço.-----

-- A Doutora Paula Cordas informou que "este reforço já está a ser efectuado pela Câmara Municipal. Temos duas pessoas para apoiar cada 24 alunos, para além do professor. Claro que compreendemos que, em casos em que os alunos têm seis anos de idade, este apoio nunca é suficiente, mas tudo o que está neste momento a ser feito representa já um investimento muito relevante por parte da autarquia."-----

-- O Senhor Paulo Luz referiu que "o que acaba por acontecer é que as crianças acabam por estar pouco tempo dentro da piscina, porque demoram tempo a despir-se e a vestir-se."-----

-

-- Neste sentido, o Senhor Presidente referiu: "eu convidava os pais a assistir a uma destas aulas, para que possam ajuizar devidamente. Basta que avisem com cinco minutos de antecedência, de modo a que sejam devidamente acompanhados."-----

-- O Senhor Paulo Luz indagou: "também poderemos fazê-lo em relação às refeições?"-----

-

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, dizendo que "apenas é necessário avisar previamente". Acrescentou que não concorda que, por sistema, esteja um pai, em permanência, a fiscalizar o serviço, na medida que "isso coloca em causa a própria idoneidade dos serviços". Além disso, existem regras no que diz respeito ao funcionamento dos mesmos, nomeadamente no que diz respeito à confecção dos alimentos. No entanto, confirma a sua receptividade quanto à possibilidade de realização de visitas, com o devido acompanhamento e mediante prévia comunicação, com uma antecedência de escassos minutos. Concluiu, dizendo que "esta disponibilidade é extensível aos restantes serviços prestados pela Câmara Municipal, pelo que maior abertura do que esta é impossível."-----

-- Não havendo mais intervenções relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para efectuar um ponto de situação relativamente ao projecto de requalificação do parque urbano do Concelho de Mafra. Informou que se iniciaram

as obras de construção da Jardim de Infância/ Escola Básica do 1.º Ciclo de Mafra n.º 2 – Salgados, para além dos já anunciados estabelecimentos de ensino da Ericeira, Azueira, Enxara do Bispo, Igreja Nova, Lagoa (Santo Isidoro), Charneca, Encarnação e Santo Estêvão das Galés. Salientou ainda a questão da Escola Básica do 1.º Ciclo do Sobral de Abelheira, “cujo início das obras está dependente da aquisição de terrenos. Além disso, verifica-se ainda o problema do número reduzido da população, até porque entendo que a aldeia deve ser dinamizada através dos agentes económicos e não através da escola. No entanto, o projecto vai avançar, considerando ainda que a CRIMA 3 está em fase de construção e que, dessa forma, a nova escola poderá abarcar alunos provenientes da Barreiralva, Murgeira, Póvoa de Cima e Póvoa de Baixo, para além do Sobral da Abelheira, Chanca, Monte Gordo ou Codeçal. Preocupam-me ainda as situações de Alcainça, que fica entre duas escolas, a EB1 da Igreja Nova e a EB1 da Malveira, e de Vila Franca do Rosário, que fica entre a EB1 do Gradil e a EB1 da Azueira. Temos também a questão do Gradil, mas vai ser feita a requalificação da actual escola”. O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou ainda para questionar o Cabo Almeida, relativamente ao funcionamento do projecto “Escola Segura.”-----

-- Em resposta, o Cabo Almeida informou que o projecto tem funcionado bem. Aproveitou ainda para abordar as dificuldades de trânsito verificadas junto à Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Mafra, devido ao facto do parque de estacionamento estar lotado e de se verificarem congestionados decorrentes da entrada e saída de passageiros. Como solução, propôs que fosse efectuado “um ordenamento da circulação. Uma hipótese seria, no espaço junto ao Centro de Saúde, criar-se uma rotunda que permitisse voltar à direita, em direcção à Escola Secundária, e portanto descongestionar a rua principal.”-----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria solicitar ao Sector de Trânsito que procedesse à elaboração de um estudo para o local. -----

-- O Cabo Almeida acrescentou que a situação se torna ainda mais complicada em dias de chuva, devido à maior afluência de viaturas. -----

-- O Doutor Paulo Santos abordou também a questão dos autocarros, que têm dificuldades de passagem face à existência de outros veículos que aguardam pela chegada dos alunos. -----

-- O Engenheiro Paulo Luz questionou porque não existe o projecto “Escola Segura” na Venda do Pinheiro. -----

-- O Cabo Almeida respondeu que o projecto tem dois elementos ao serviço, cada um no seu carro. Acrescentou ainda que “todos os dias temos um número de escolas para policiar, incluindo também uma zona de Sintra. A escola da Venda do Pinheiro está contemplada e todas as semanas lá passamos.”-----

-- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que a Câmara Municipal cedeu três viaturas para o projecto “Escola Segura”. Disse ainda que “tanto quanto sei, a «Escola Segura» representa a visibilidade junto à escola, mas há também o policiamento normal. Há, inclusivamente, polícias à civil que fazem o patrulhamento. Muitas vezes, as

pessoas não vêem este policiamento de proximidade". Concluiu, dizendo que "está preocupado com a questão da segurança" e que pretende averiguar qual a utilização que está a ser dada aos três veículos que foram cedidos. -----

-- O Doutor Paulo Santos afirmou que "em Mafra também há policiamento a cavalo", sendo que o Cabo Almeida acrescentou que esse policiamento também é feito na Malveira. -----

-- Nesta altura, quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, ausentou-se da sala o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Antes disso, anunciou que "está na altura de retomarmos o ciclo de reuniões descentralizadas do Conselho Municipal da Educação. Depois diremos qual o local de realização da próxima reunião." -----

-- Nesta sequência, o Doutor Agostinho Ribeiro manifestou a disponibilidade do Colégio Santo André para acolher a referida reunião.-----

-- A Doutora Paula Cordas assumiu a condução dos trabalhos, tendo perguntado aos presentes se desejavam efectuar mais questões.-----

-- Tomou a palavra o Cabo Almeida para informar que "com a reestruturação das forças de segurança, a partir de 14 de Dezembro deixaremos de policiar a zona de Sintra. Então, teremos mais tempo para reforçar o patrulhamento das escolas do concelho." -----

-

-- A reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam cinquenta minutos das dez horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

-